

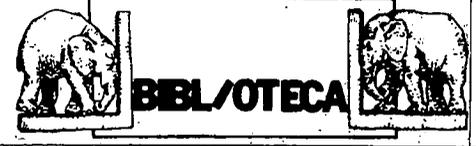
Com o título **Educação para a Democracia**, dom Lourenço de Almeida Prado O.S.B., reitor do Colégio São Bento do Rio de Janeiro, publicou, em fins do ano passado, pela Editora Nova Fronteira, uma coleção de ensaios escritos em épocas distintas, alguns sem data e outros datados desde 1970 a 1983, todos voltados para o problema da educação. Prefaciado por Sobral Pinto, o livro, após uma **Explicação Preliminar**, se desdobra em quatro partes e dois apêndices. A primeira parte trata de **Problemas Atuais da Educação** e é composta de três ensaios: o primeiro, que leva o mesmo título dessa parte, e dois outros, sobre **A Educação Libertadora de Paulo Freire** e **Uma Outra Educação Libertadora ou a Falta de Coragem de Educar**. A segunda parte, **Reflexões Educacionais**, se inicia com um ensaio com o mesmo título, ao qual se seguem **A Educação em Nossos Dias**, **Comunicação e Educação**, **A Nobre Arte de Ensinar**, **Liberdade e Criatividade**, **Formação do Homem e a Escolha da Profissão e Juventude de Hoje ou de Sempre?** A terceira parte se intitula **Educação Cristã** e se compõe dos ensaios **Exigências Culturais da Formação Cristã e São Bento e a Educação**, este último de caráter até certo ponto didático e extremamente interessante para a história da educação. Quatro ensaios integram a quarta parte. **A Escola e o Ideal Democrático: A Escola em Questão**, **A Escola Particular na Educação Democrática**, **Educação e Desenvolvimento e Educação para a Democracia**. Finalmente, os apêndices tratam da lei 5692 e sua implantação, e da escola católica.

O simples arrolar dos títulos desses diferentes ensaios seria suficiente, por si só, para atrair a curiosidade do leitor, pois se equilibram no livro temas atuais com outros de caráter permanente, tornando a sua leitura, especialmente porque a obra é clara, segura e bem escrita, um prazer intelectual e um convite à reflexão, concorde-se ou não com estas ou aquelas posições do autor, um verdadeiro educador humanista e defensor inteligente dos nossos hoje quase inexistentes estudos clássicos, a respeito dos quais escreveu, há uns quatro anos, se não estivermos enganados, artigo publicado nas **Idéias em Debate de O Estado de S. Paulo** e que, infelizmente, não figura na presente coletânea de ensaios. Infelizmente, dizemos, não só pela propriedade de suas sugestões, mas porque os estudos clássicos, a **helenidade** e a **latinidade**, mais do que simplesmente as línguas grega e latina, como formadores do espírito, parecem-nos poder contribuir seriamente para a verdadeira educação democrática, tal como a concebe o livro.

É claro que, numa simples resenha, tratando-se de livro que reúne ensaios diversos, não será viável dar uma idéia de cada um deles. Nesse caso, restam dois caminhos ao resenhador: ou tentar a captação de uma idéia central, que funcione como uma espécie de fio condutor do pensamento que inspirou os vários ensaios, ou a escolha de alguns destes, que lhe pareçam mais oportunos. Sabemos bem que o primeiro caminho talvez seja mais interessante, para o autor da obra e para o leitor: entretanto, essa tarefa, de certa forma, realizou-a Sobral Pinto, ao prefaciá-la obra. Desse modo, ficaremos com o segundo caminho, aproveitando nosso breve espaço para ressaltar e discutir algumas idéias atuais.

Nesse sentido, chamaríamos a atenção do leitor, em primeiro lugar, para o ensaio que dá nome ao livro, **Educação para a Democracia**, no qual o autor começa por examinar o manifesto educacional do **Paideia Group**, de 1982, e em que insiste em algumas idéias básicas em relação ao quadro pedagógico nacional, defendendo o direito real à educação, ao mesmo tempo que protesta com vigor contra o abastardamento do nosso ensino, feito em nome da "democratização". Mas, leiamos algumas passagens escritas por dom Lourenço, extremamente atuais e que deveriam ser meditadas por nossos futuros constituintes: "Onde houver um analfabeto não haverá apenas uma criatura humana posta à margem: a democracia será imperfeita (...) Fala-se em dar ao analfabeto o direito de votar. A solução não é democrática: o que é preciso é dar ao analfabeto a condição de julgar e escolher, isto é, alfabetizá-lo, ou melhor, educá-lo, tornando-o um ser livre; capaz de iniciativa

Educação
015
Reportagem 0079



13 ABR 1985

JORNAL DA TARDE



Gepp
e Maia

EDUCAÇÃO

**O humanismo,
no centro de um
debate
fundamental.**

No livro *Educação para a Liberdade*,
levantam-se questões importantes para o atual
momento político: nele, o humanismo tende
a ser ressaltado como essência da verdadeira liberdade.

própria para votar. **Sufrágio universal e escola para todos são realidades correlatas.** E, pouco depois, falando da promoção da igualdade, no ensino, feita à custa da perda de sua qualidade, escreve incisivamente dom Lourenço: "Melancólico é verificar que, entre nós, houve antes uma opção pelo mais baixo, uma espécie de busca de igualdade na deseducação para todos. Optamos como o leiteiro que, para dar leite a todos, imaginou o expediente de colocar água no mesmo: aguamos a educação". Promovemos, assim, uma espécie de "democratização da ignorância" (cf. p.p. 321 a 323). Dignos de meditação são, igualmente, os dois ensaios em que trata da impropriamente chamada "educação libertadora" ou,

para melhor dizer, de dois tipos de educação: **soi disant** libertadora. Uma é a que vai dar na permissividade que, em lugar de formar homens livres, abre o passo para uma forma de escravidão, nova talvez, mas "dolorosa e aviltante" como toda escravidão, tenha a forma que tiver, e que nasce da "falta de coragem de educar" e da "capitulação do mais velho" em face do jovem a quem se submete (cf. p.p. 76/8). A outra, pior, é aquela que, à moda da "pedagogia do oprimido" do sr. Paulo Freire, trata insidiosamente de **doutrinar**, a serviço de uma idéia totalitária. "Paulo Freire — escreve dom Lourenço — não é um pedagogo. É um político, um marxista, que instrumentaliza um quadro educacional a serviço do Parti-

do. Sua intenção não é educar: é conscientizar. É explorar uma injustiça real — ser analfabeto, talvez mais do que ser pobre, é, no mundo letrado de hoje, sofrer uma amarga injustiça — para suscitar o ressentimento (tarefa fácil nas circunstâncias) a fim de colocá-lo a serviço de uma revolução social. Sua intenção não é educar, não é alfabetizar. Sua intenção não é o homem, o pobre ou o analfabeto; sua intenção é fazê-lo servidor conscientizado (não consciente; conscientizado, na voz passiva) de uma causa política ou social" (p.p. 60/1). É preciso compreender que "não há, pois, educação que o seja de fato, se não tiver como direção fundamental a criatura humana. A suposta educação dirigida diretamente à coletividade não

é educação. É efetivamente uma conscientização, o que vale dizer, um processo de seduzir a massa, sufocar as iniciativas individuais, trazendo todos ao pensamento (se é pensamento) do chefe" (p.59, cf. também p. 136). Esse pequeno ensaio sobre essa grande mistificação pedagógica que é a "pedagogia do oprimido" (que é a negação de todo o ideal de liberdade e de pluralismo, de cultura e de desejo de verdade, que são o melhor e o mais característico da civilização ocidental) merece ser lido e meditado, nas suas quinze densas páginas (p.p. 56 a 70), como vacina para quem ainda não foi contaminado por ela ou como remédio para quem dela precisa livrar-se.

Passando a outra questão, não nos esqueçamos que dom Lourenço de Almeida Prado é um religioso católico e, portanto, para quem não o é — o que é o nosso caso — muitas de suas teses especificamente católicas, em matéria pedagógica, consubstanciadas principalmente na encíclica **Divinus Illius Magistri**, de Pio XI, de 31 de dezembro de 1929 (que o leitor brasileiro pode encontrar, traduzida, comentada e precedida de um ensaio, no volume de Paul Foulquier, **A Igreja e a Educação**, Agir, 1957), não serão evidentemente aceitas, pois que pressupõem, precisamente, o fato de ser católico. No Brasil, aliás, as proposições pedagógicas católicas — defendidas também por vários proprietários de colégios particulares leigos — entraram, quando das discussões sobre o problema das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente em 1960/1961, em conflito com posições liberais (ao menos liberais eram, como continuam a sê-lo, as nossas posições) numa contenda que envolveu também protestantes, espíritas, socialistas e comunistas. Na ocasião, os partidários do liberalismo (não respondemos pelos demais) defendiam a liberdade dentro da escola, mais do que a própria liberdade da escola (que poderia ser livre — num sentido todo especial — para impedir a liberdade no seu interior), denunciavam o caráter absolutamente fechado, do ponto de vista doutrinário, das escolas católicas (o que, aliás, fazia parte da "natureza" destas) e, principalmente, condenavam a destinação de verbas públicas para a escola particular. De nossa parte, cremos que hoje — especialmente quando o Estado, no caso do ensino superior, descarregou na iniciativa privada a maioria de suas obrigações pedagógicas, sem dar a ela os meios de cumprir razoavelmente o seu papel — não seríamos radicais na defesa do "dinheiro público para a escola pública" por múltiplas razões que não poderíamos discutir em tão pequeno espaço.

Mas o mais lamentável, hoje, é o paulatino desaparecimento do pluralismo na educação brasileira, tanto nas escolas do Estado (em que deveria obrigatoriamente ser proibida toda e qualquer forma de doutrinação ou catequese), quanto nas escolas confessionais, desde o ensino primário ao superior. Assim (vide o ensaio **A Escola Particular na Educação Democrática**), os vícios marxistas no ensino da Geografia e da História, bem como o mau uso da liberdade de cátedra (cf. p. p. 278/282) vão avassalando o nosso ensino todo, nas escolas do Estado, nas católicas e nas metodistas (vide o Colégio Bennett do Rio de Janeiro e o Piracicabano). E, nas universidades, se há uma violenta dosagem marxista nas oficiais, em especial na área de Ciências Humanas (vide USP, Unicamp e Unesp), há uma dosagem talvez maior, misturada com essa pseudo-teologia, que se diz da libertação, nas PUCs ou na Unimep.

Esse problema tornou-se, hoje, muito mais relevante do que qualquer outro nas escolas porque, acima da família e, principalmente, do indivíduo em formação, ergue-se sem fundar-se em outro "direito" que o da mediocridade, da prepotência e da omissão, a **ideologia** se sobrepondo a tudo e a todos.

Que dom Lourenço, que integrará o heterogêneo grupo que vai estudar a nova política para a educação superior brasileira, tenha isso em mente e lute para fazer prevalecer os seus ideais humanistas e, estamos certos, sinceramente vinculados à defesa autêntica da liberdade do ensino e no ensino é o que, cumprimentando-o pelo seu belo e oportuno livro, mais lhe desejamos.

Roque Spencer Maciel de Barros